

Brasil vai propor novo acordo ao FMI

Idéia é alterar o memorando técnico de entendimento, que especifica as metas de desempenho que o País está obrigado a cumprir

BEATRIZ ABREU

BRASÍLIA — O governo retoma as negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) na semana que vem, disposto a lutar pela modificação da metodologia do Fundo para quantificar o déficit público e contra a proposta dos técnicos do FMI, de exigir do Brasil um superávit primário (receita menos despesas) de 6% do Produto Interno Bruto (PIB) este ano. A informação é do ministro da Fazenda, Paulo Haddad, que segue amanhã para Washington, para contatos com o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, e reuniões com o Banco Mundial (Bird) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

“Queremos um acordo factível, que possa ser cumprido”, disse o ministro. “Não

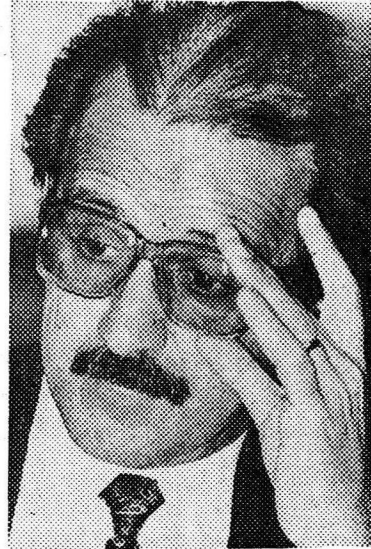
queremos dramatizar nas discussões sobre as metas, mas 6% de superávit não é factível”. Haddad referia-se à proposição inicial dos técnicos do FMI, manifestada em conversas com missões técnicas brasileiras. Para ele, o Fundo fala em números que não são realistas. “Assinamos sete cartas e três acordos e nenhum foi cumprido; o presidente Itamar quer fazer um acordo que possa cumprir”.

Proposta — As linhas gerais da proposta que Haddad apresentará a Camdessus consideram a assinatura de um acordo de 18 meses, para vigorar durante o governo Itamar Franco, ou seja, até dezembro de 1994, e uma cláusula de salvaguarda: o acordo poderá ser revisto após a definição da revisão constitucional e da reforma

tributária. “Trata-se de um acordo especial, porque passa pela revisão da Constituição e da reforma tributária”, comentou Haddad. “Os resultados dessas negociações no Congresso proporcionarão ganhos maiores em 1994 do que em 1993”.

O ministro não pretende discutir uma nova carta de intenção com o FMI, mas aproveitar o acordo negociado pelo ex-ministro Marcílio Marques Moreira. “A idéia é alterar, apenas, o memorando técnico de entendimentos”, disse Haddad. O memorando técnico é o documento que especifica cada uma das metas de desempenho que o País é obrigado a cumprir, para dar continuidade ao acordo. Essas metas serão discutidas já em março, quando chegará ao Brasil missão técnica do Fundo, segundo Haddad.

José Varella/AE—25/1/93



Ministro Haddad

Missão é discutir metas mais realistas com FMI